



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

KEUDMA RICHELLE TIBURTINO COSTA

**ENSINO REMOTO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS ENFRENTADOS
POR DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM TEMPOS DE
PANDEMIA DA COVID-19**

João Pessoa

2022

KEUDMA RICHELLE TIBURTINO COSTA

**ENSINO REMOTO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS ENFRENTADOS
POR DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM TEMPOS DE
PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.a. Dra. Itacyara Viana Miranda

João Pessoa

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838e Costa, Keudma Richelle Tiburtino.

Ensino remoto de Geografia: desafios enfrentados por docentes do ensino fundamental I em tempos de pandemia da Covid-19 / Keudma Richelle Tiburtino Costa. - João Pessoa, 2022.
48f.

Orientação: Itacyara Viana Miranda.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Ensino remoto. 2. Ensino de Geografia. 3. Pandemia de Covid -19. 4. TIC's. I. Miranda, Itacyara Viana. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37:91(043.2)

KEUDMA RICHELLE TIBURTINO COSTA

**ENSINO REMOTO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS ENFRENTADOS
POR DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM TEMPOS DE
PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia.

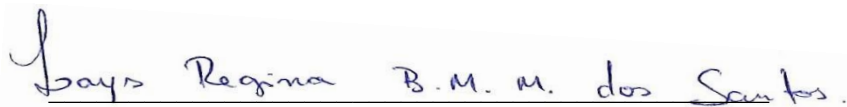
Aprovada em: 22/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Itacyara Viana Miranda (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Lays Regina B. M. M. dos Santos (Examinador Externo)

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte



Profa. Dra. Giuliana Cavalcanti Vasconcelos (Examinador Interno)

Universidade Federal da Paraíba

*Dedico este trabalho aos meus filhos, Theodoro
e Aurora, razão de todo meu esforço.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre colocar tudo em seu devido lugar e por me dar energia e saúde, pois sem Ele eu não teria conseguido aguentar a “barra” e terminado essa segunda faculdade.

Aos familiares, amigos, em especial a Gabriela Brandão pelo incentivo e a Gracinha Hermínio, por cuidar da minha filha caçula enquanto estive ausente.

A minha orientadora, professora Dra. Itacyara Viana Miranda, pela ajuda essencial no decorrer deste estudo, pela motivação e principalmente pelos conhecimentos compartilhados.

A todos da Universidade Federal da Paraíba, principalmente o Tutor do Polo de Taperoá-PB, Vamberto Flávio Teófilo de Oliveira, que sempre fez de tudo para me ajudar diante das dificuldades administrativas que eu encontrei.

A estes, eterna gratidão, sem a ajuda, confiança e compreensão dos quais este sonho não se estaria realizando.

RESUMO

O tema abordado nesse TCC está subscrito na relação Ensino de Geografia e Pandemia de Covid-19. Com o surgimento do Novo Coronavírus, a educação sofreu uma grande mudança, a medida que teve que se adaptar à nova realidade de isolamento social, como forma de conter a proliferação da doença. O objetivo deste estudo é identificar alguns dos desafios enfrentados por professoras de geografia, Fundamental I, durante a efetivação do ensino remoto. Na tentativa de melhor problematizar esse momento da história da educação e os desdobramentos do ensino remoto na disciplina de geografia, tomamos como recorte temporal o ano de 2020, em especial o segundo semestre, posto no município de Olho D'Água – PB as aulas terem iniciado de forma on-line e com atividades impressas, em 13 de julho do ano corrente. Para tanto, utilizamos como metodologia não apenas o debate historiográfico e análise de fontes normativas – leis e decretos-, mas também a aplicação de questionário, com 4 professoras pertencentes às escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Nedy Minervino de Carvalho, ambas localizadas em Olho D'Água – PB, como modo de estabelecer uma maior aproximação das vivências acionadas no processo de ensino aprendizagem nesse período. Dos resultados obtidos, destacamos: o desafio de pensar estratégias de acompanhamento e avaliação das aprendizagens; planejamento das aulas com o uso das TIC's; análise do conjunto das desigualdades social que afetaram e afetam o processo de escolarização; e a relação da família e a instituição educativa. A intenção com esse estudo é contribuir com a leitura do ensino remoto de geografia, levando em consideração elementos que possam servir para debates futuros acerca do rendimento escolar e formas de planejamento das aulas. Por fim, entendemos que o TCC venha a gerar desdobramentos de análises e leituras diversas, quanto aos desafios enfrentados pelas professoras, em particular partindo do caso dos 4 docentes apreendidos na pesquisa, quanto a importância de processos de formação continuada.

Palavras Chave: Ensino Remoto. Ensino de Geografia. Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT

The topic addressed in this TCC is subscribed to the Teaching of Geography and Covid-19 Pandemic. With the emergence of the New Coronavirus, education underwent a major change, as it had to adapt to the new reality of social isolation, as a way to contain the spread of the disease. The objective of this study is to identify some of the challenges faced by geography teachers, Elementary I, during the implementation of remote teaching. In an attempt to better problematize this moment in the history of education and the consequences of remote teaching in the discipline of geography, we took as a time frame the year 2020, especially the second semester, in the municipality of Olho D'Água - PB, when classes had started online and with printed activities, on July 13 of the current year. For that, we used as a methodology not only the historiographical debate and analysis of normative sources - laws and decrees -, but also the application of a questionnaire, with 4 teachers belonging to the Municipal schools, Antônio Fausto de Almeida and Neco Minervino de Carvalho, both located in Olho D'Água – PB, as a way of establishing a greater approximation of the experiences triggered in the teaching-learning process in that period. From the results obtained, we highlight: the challenge of thinking strategies for monitoring and evaluating learning; lesson planning with the use of ICTs; analysis of the set of social inequalities that affected and still affect the schooling process; and the relationship between the family and the educational institution. The intention of this study is to contribute to the reading of remote teaching of geography, taking into account elements that can serve for future debates about school performance and ways of planning classes. Finally, we understand that the TCC will generate developments in different analyzes and readings, regarding the challenges faced by teachers, in particular based on the case of the 4 teachers apprehended in the research, regarding the importance of continuing education processes.

Key words: Remote Teaching. Teaching Geography. Covid-19 pandemic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de serviços dos docentes de Geografia das Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Nely Minervino de Carvalho, de Olho D'água/PB, referente a 2020....	25
Gráfico 2 - Uso de computador/internet em atividades docentes nas aulas de Geografia das Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Nely Minervino de Carvalho, de Olho D'água/PB, referente a 2020.	26
Gráfico 3 – Grandes dificuldades dos docentes em ministrar aulas de geografia online, nas Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Nely Minervino de Carvalho, de Olho D'água/PB, referente a 2020.	28
Gráfico 4 - Desafios vivenciados na prática docente remota.	29
Gráfico 5 – Recebimento de suporte da Equipe Diretiva da unidade escolar para o desenvolvimento das aulas remotas.....	30
Gráfico 6 – Classificação das habilidades das professoras no uso de ferramentas digitais nas aulas de Geografia.	31
Gráfico 7 – Aquisição ou troca de aparelho celular, impressora, notebook ou computador por contas das aulas remotas.....	32
Gráfico 8 – Avaliação da metodologia em que os alunos atendidos nas aulas de geografia por meio de material impresso.....	33
Gráfico 9 – Quantitativo de alunos por turma e retorno das atividades de geografia.	34
Gráfico 10 – Classificação do acesso à internet durante o ensino remoto por parte dos docentes.	35
Gráfico 11 - Avaliação da aprendizagem dos alunos por meio das aulas remotas de geografia.	35
Gráfico 12 - Pontos positivos da prática docente e do ensino de geografia diante a pandemia Covid-19.....	37
Gráfico 13 - Pontos negativos da prática docente e do ensino de geografia diante a pandemia Covid-19.....	38
Gráfico 14 – Consideração quanto ao formato das aulas remotas em comparação ao rendimento das aulas presenciais.....	38

LISTA DE SIGLAS

AID	Agency for international development
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CFE	Conselho Federal de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OSPB	Estudos Sociais e a Organização Social e Política do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TIC	Tecnologias de Comunicação e Informação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL – PANORAMA GERAL.....	14
2.1 UM OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA NA FASE DO FUNDAMENTAL I	15
2.1.1 A GEOGRAFIA E AS BASES LEGAIS – PCN’S, DCN’S E BNCC	18
2.2 DESAFIOS E AÇÕES POSSÍVEIS DA DOCÊNCIA EM GEOGRAFIA.....	19
3 O ENSINO REMOTO DE GEOGRAFIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D’ÁGUA: VIVÊNCIAS DA PANDEMIA NAS ESCOLAS EMEIF ANTÔNIO FAUSTO DE ALMEIDA E EMEIF NECY MINERVINO DE CARVALHO.....	21
3.1 PENSANDO A METODOLOGIA: DOS PERCURSOS AOS RESULTADOS.....	22
3.2 EXPERIÊNCIAS DOCENTES E O ENSINO DE GEOGRAFIA EM OLHO D’ÁGUA-PB	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5 REFERÊNCIAS	43
ANEXO A - CALENDÁRIO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE OLHO D’ÁGUA – PB PARA 2020.....	46
ANEXO B - DECRETO N° 06/2020.....	47
ANEXO C - OFÍCIO GAPRE N° 0101 /2020.....	49

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que em 2020, o mundo esteve diante da pandemia ocasionada pelo surgimento da doença originada pelo coronavírus SARS-CoV-2, sigla procedente do termo "severe acute respiratory syndrome coronavirus 2" (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2), (COVID-19), que exibe um quadro clínico mudando de infecções assintomáticas a quadros graves, provocando perturbações psicológicas e sociais em diversos níveis de intensidade e propagação (TANEDA, 2020).

De acordo com a WHO, o primeiro caso de infecção pelo novo corona vírus aconteceu na China, na cidade de Wuhan, na província de Hubei, em 1 de dezembro de 2019, porém apenas em 31 de dezembro do referido ano, foi divulgado oficialmente o primeiro caso no mundo. E neste contexto, a doença se propagou por muitos países, a rápida escalada da doença e dispersão em âmbito global, fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a avaliasse como uma pandemia, em 11 de março do ano seguinte. No Brasil, o primeiro caso foi identificado, em 25 de fevereiro de 2020, com avanço progressivo de pessoas infectadas em muitos estados do país (WHO, 2022).

Embora estejamos no ano de 2022 e que a pandemia da Covid-19 esteja parcialmente controlada, com grande parte da população vacinada ou em processo de finalização do ciclo vacinal, tendo a sociedade retomado às suas atividades em regime presencial, é fundamental deixar evidente ao leitor, da necessidade de se entender melhor os desdobramentos que esse momento pandêmico causou na educação. Por isso mesmo, em havendo essa inquietação e necessidade de compreensão do *fenômeno educativo* é que elencamos como recorte temporal, o segundo semestre do ano de 2020, posto no município de Olho D'Água – PB as aulas terem iniciado de forma on-line e com atividades impressas, em 13 de julho.

Portanto, nos interessa não só identificar, mas discutir de que forma no ano de 2020, a educação e mais particularmente as aulas de geografia traçaram suas estratégias para continuar realizando as atividades de ensino aprendizagens: Quais os problemas enfrentados? A infraestrutura ofertada para execução das aulas? Esses e outros questionamentos nos servem de base para pensar esse momento da história, a primeira pandemia do século XXI e os seus desdobramentos no campo escolar e mais particularmente, no ensino da geografia.

Iniciemos então com uma tentativa de contextualização desse panorama da Pandemia de COVID-19, no qual a vulnerabilidade sanitária do Brasil foi agravada ainda mais, determinando mudanças severas em todos os seguimentos da sociedade. Já em 2020, as escolas

paralisaram suas atividades presenciais, seguindo as orientações do Ministério da Saúde, passando as aulas a funcionarem de forma remota. Tudo isso com o propósito de conter a proliferação da doença e assim preservar vidas (TANEDA, 2020).

Neste contexto, os governos em suas três esferas - Federal, Estadual e Municipal -, bem como a sociedade de forma geral, buscou implementar soluções para que a educação continuasse sendo ofertada, garantindo assim o direito do discente. Novas práticas de ensino, estratégias metodológicas e materiais didáticos pedagógicos tiveram que ser anunciados, como forma de manutenção do sistema educacional, conforme dito anteriormente, mas, também como forma de atender as orientações de prevenção e isolamento social. Nessa direção, uma das soluções mais discutidas foi o emprego das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC's), no espaço educacional, fazendo com que o ambiente de aprendizagem formal fosse muito além dos muros da escola (SANTANA et al., 2020).

De grande relevância nesse momento, as TICs, ajudaram no processo de manutenção e continuidade das aulas e do não comprometimento do ano letivo no período de a crise pandêmica e de forte isolamento social. Assim, o Estado adotou o ensino remoto para atender alunos regularmente matriculados na rede de ensino.

A estratégia utilizada denominado ensino remoto foi realizada no contexto do coronavírus. Trata-se de atividades de ensino mediadas pela tecnologia, mas que se dirigem pelos princípios da educação presencial, oferecendo a continuidade da escolarização através de recursos tecnológicos, porém a distância (SANTANA et al., 2020).

Entretanto, atentamos para o fato de ser a fase do Ensino Fundamental I, um período de grande relevância para o processo formativo da infância, pois é nesse estágio em que ela, a criança, inicia o seu letramento, um processo que em si já é complexo em tempos de normalidade, e que se tornou ainda mais desafiador nesse período em que o distanciamento social se fez necessário (MOREIRA e SCHLEMMER, 2020). Contudo, diferentes estratégias e metodologias de aprendizagem, associadas a fatores externos, influenciaram diretamente na aprendizagem. E esse novo modelo de educação fez a comunidade escolar, de modo geral, se reinventar diante dos desafios diários que surgiram por parte de todos, sobretudo, professores, alunos e familiares.

Ensinar por meio remoto foi uma solução encontrada para que os alunos não fossem tão prejudicados, tendo garantido o seu direito à educação. Os professores, durante esse período, se reinventaram para poder auxiliar seus alunos como podiam, entretanto, muitos não possuíam formação necessária e nem habilidades para trabalhar com as TICs de forma eficiente, sendo esse um cenário desafiador que exigiu inovações, muitas adaptações, erros e acertos.

Assim, a partir das inúmeras mudanças ocorridas em diversos setores da sociedade, sobretudo no que se refere ao campo educacional, que buscou adaptar-se ao ensino remoto, é que o presente estudo se enquadra. Tendo um olhar atento às transformações e aos processos de adequações da educação, ora instrumentalizadas por um conjunto de leis, decretos e normativas que merecem uma reflexão mais apurada, quanto a temática do Ensino Remoto.

Levando em consideração a importância da geografia, no sentido de ser esse um campo indissociável da aprendizagem, no qual os conhecimentos geográficos, estão além dos expostos em sala de aula, o problema científico deste trabalho busca saber: quais os desafios enfrentados pelos docentes do Ensino Fundamental I, frente ao ensino remoto de geografia em tempos de pandemia de Covid-19? Tal problemática, encontra no contexto histórico e nas bases políticas, um debate quente em torno de um projeto amplo de acesso e permanência do conjunto de estudantes e professores a uma internet de qualidade e gratuita, bem como poder de aquisição a bens essenciais, tais como: computador, notebook e celular, instrumentos necessários para o formato de ensino proposto (remoto). Para além, o estímulo e desenvolvimento de uma formação continuada no campo da docência que viesse a atender de fato e de imediato aos desafios postos pelos usos das TIC's no processo de ensino aprendizagem.

É relevante destacar que o interesse em torno da temática do ensino de geografia em tempos de pandemia, se justifica muito em decorrência das vivências e experiências profissionais da investigadora que vos fala, no campo educacional. No qual pude sentir na pele, a necessidade de ações que possibilitassem a nós, docentes, reflexões para uma prática de ensino da geografia, a partir de tecnologias digitais, de modo que favorecesse aos alunos, e permitisse que eles progredissem em seus estudos de maneira proficiente, mesmo em meio ao distanciamento social e das estruturas físicas e materiais contidas na escola.

Desta maneira, compreendemos que o estudo em si, transborda em sua importância, no sentido de contribuir com o debate em torno de um conhecimento teórico correspondente ao ensino remoto de geografia, seus problemas e estratégias pedagógicas, mas mais que isso, se torna relevante na medida em que se aproxima das possíveis práticas acionadas para esse modelo de ensino, tendo em vista a reflexão e percepção de como estavam enfrentando, alguns dos docentes das escolas - EMEIF Antônio Fausto de Almeida e EMEIF Nely Minervino de Carvalho -, o ensino em espaços virtuais de aprendizagem. No que pese, a relevância social deste estudo, acreditamos que esteja no fato de identificar, debater e refletir sobre a educação no primeiro ano pandêmico, de modo a lançar mão de estratégias que possam contribuir com a reflexão de possíveis perdas de aprendizagens resultantes da execução do ensino remoto.

A implicação prática deste debate está na possibilidade de demonstrar o quanto é necessária a formação continuada do docente, não só no sentido de aquisição de conhecimentos e busca de estratégias pedagógicas que alcancem a realidade dos alunos, mas também, chamando a atenção, principalmente, para as limitações do cotidiano destes docentes e para os desafios em torno da formação de cidadãos reflexivos. Elementos que se destacaram durante toda fase crítica da pandemia de Covid-19 e da utilização do ensino remoto.

Para responder a problemática levantada, suscitamos como possibilidade metodológica, para além de uma revisão bibliográfica, a execução de estudo de campo, de modo a gerar um espaço de reflexão das experiências de 4 docentes do Ensino Fundamental I, durante suas aulas de geografia, pertencentes às escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Neco Minervino de Carvalho, conforme já anunciadas mais acima, ambas localizadas em Olho D'Água - PB. O movimento de aproximação desse estudo com as vivências do conjunto de professoras, vem no sentido de corroborar com o processo investigativo dos desafios enfrentados por estes educadores durante a fase aguda da Pandemia, bem como saber quais ferramentas favoreceram o ensino remoto de geografia.

Por fim, deixamos saber que a forma como vem sendo apresentada a divisão dos capítulos deste estudo, a saber: O ensino de geografia no Brasil, panorama geral e O ensino remoto de geografia no Município de Olho D'Água: vivências da pandemia nas escolas EMEIF Antônio Fausto de Almeida e EMEIF Neco Minervino de Carvalho, acabam por anunciar de forma mais direta os nossos objetivos: Debater o ensino de geografia no Brasil, por meio de um conjunto normativo de leis; bem como identificar alguns dos desafios enfrentados por professoras de geografia pertencentes ao Ensino Fundamental I, do Município de Olho D'Água – PB. De agora em diante, convidamos, você, a acompanhar os debates anunciados nos capítulos.

Destaca-se que sou licenciada em Geografia e pós-graduada em Geografia Política pela UNIFIP -Patos-PB. Atuo como professora concursada, há 20 anos, no município de Olho D'Água, do ensino fundamental I e há dois anos, ministro aulas de geografia no fundamental II.

2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL – PANORAMA GERAL

Este capítulo destina-se aos encaminhamentos da legislação nacional direcionada ao ensino da Geografia no Ensino Fundamental I, uma vez que as leis vêm orientando e

estruturando a organização dos currículos nas escolas brasileiras. Assim, apresentam-se em seguida, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs – 2013), e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018), todas relacionadas ao Ensino Fundamental, a fim de situar o leitor nos seus processos de desenvolvimento e finalidades, quanto a Geografia. Assim, tem-se uma breve trajetória do Ensino da Geografia no Ensino Fundamental I, tecendo conexões com a importância destes saberes no currículo, expondo inclusive os desafios e ações possíveis da docência em Geografia.

2.1 UM OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA NA FASE DO FUNDAMENTAL I

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi a primeira lei no Brasil especialmente para a educação no país. Ela determinou e regularizou o sistema de educação brasileiro que já tinha sido previsto na Constituição de 1934 (SILVA e MARQUES, 2012).

Em relação a Geografia, a Lei 4.024 de 1961 beneficiou algumas disciplinas e deixou de lado outras. Segundo Pedroso (1966, p. 485): “se algumas disciplinas alcançaram uma posição mais justa, como Português, História e Ciências Físicas; outras como o Latim, as línguas vivas e a Geografia sofreram inexplicável minoração”.

De acordo com a LDB/1961, caberia ao Conselho Federal de Educação estabelecer a amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias:

A Geografia tem por objetivo o estudo da Terra como habitat do homem. O objetivo principal dessa disciplina é estudar as ações e reações entre os fenômenos naturais e culturais, analisando e interpretando fatos relevantes da vida dos grupos humanos sobre o globo. Deve-se, pois, encetar o ensino de geografia no curso ginasial por um esforço, de iniciação geográfica, cuja finalidade é dar visão correlativa dos fatos fundamentais da terra(sic) (BRASIL, 1962, p. 125 - 126).

Designadamente, relacionado aos alunos do Ensino Fundamental, a Geografia do Brasil surgia como uma sequência, considerando localidade, região e país em que o aluno vive. Sendo assim, primeiramente o aluno conhecia a geografia da sua cidade, do seu Estado e de todo o Brasil, a partir da coleta de dados de várias naturezas, estimulando o aluno a estudar outras áreas. Tendo-se assim uma correlação entre a geografia física e a humana (BRASIL, 1962). Contudo, indicava-se a correlação entre geografia física e humana, mas não havia conexão entre os espaços, promovendo assim uma abordagem linear, ou seja, primeiro estuda a localidade,

depois a região, posteriormente o país e, por fim, os demais espaços do mundo. E assim, ao longo dos anos, a Geografia foi caracterizada como uma ciência que não assumia caráter crítico e reflexivo.

A partir de 1964, ano em que o Brasil passava por um golpe de Estado em que houve a deposição do presidente brasileiro João Goulart por um golpe militar de 31 de março a 1.º de abril, pondo fim à Quarta República (1946–1964) e começando a ditadura militar brasileira (1964–1985), o sistema educacional Brasileiro passou por algumas reformulações e tratados no campo educacional. Segundo Romanelli (2005), a crise do sistema educacional, que já acontecia desde a década de 30, resultou na assinatura de vários convênios entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for international development* (USAID). Assim expôs:

O segundo momento começou com as medidas práticas, em curto prazo, tomadas pelo governo, para enfrentar a crise, momento em que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não se via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, motivo único para se reformar o sistema educacional. (ROMANELLI, 2005, p.196).

Foi neste panorama, que a Lei 4.024 de 1961 foi reformulada pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação fundando a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, desenvolvida e promulgada com o intuito de reestruturar os níveis de ensino fundamental e médio. Pois, foi a partir do golpe de 1964 que as empresas da educação alcançam notável expansão, na medida em que o Estado criou mecanismos expressivos de ordem legal, como a Constituição, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como um negócio rentável. Segundo Saviani (1999), esta Lei regulamentou o ensino formal, organizando esse ensino em primário, ginásial e colegial (cinco, quatro e três anos, respectivamente). Tinha-se a finalidade de reordenar o sistema educacional básico do Brasil que, naquela circunstância política, foi considerado meio importante no desenvolvimento de uma nova ordem social, política e econômica (NEVES e CASTELLO, 2014).

Por meio da Resolução n.º 8, de 1.º de dezembro de 1971, anexa ao Parecer N.º 853/71 que estabelece o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, o ensino de História e de Geografia foram extintos, substituído pela disciplina Estudos Sociais e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB) (ROMANELLI, 2005). Assim lemos:

A nova legislação deixou por conta do Conselho Federal de Educação (CFE) afixação das matérias do “núcleo comum do 1º grau” (1º e 2º graus passaram a ter disciplinas do núcleo comum, obrigatórias, e uma parte diversificada para atender, conforme as

necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais). O Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum, fazendo desaparecer a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais, e colocando no lugar Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p. 124).

Assim, os Estudos Sociais se tornaram disciplina obrigatória em todo o denominado 1º grau. Sendo a década de 1970, um momento de fatos marcantes no âmbito educacional:

Desse modo, institui-se no bojo do sistema educacional reformas que abrangem todos os graus de ensino: (...) disseminação dos Estudos Sociais como parte fundamental do Núcleo comum da escola de 1º e 2º graus, válido para todas as instituições escolares do país. Os Estudos Sociais passam a ser parte integrante e obrigatória do currículo escolar, congregando numa única disciplina os conhecimentos de Geografia História e Organização Social e Política Brasileira. (SOARES JUNIOR, 2002, p. 6).

A função ideológica do ensino dos Estudos Sociais cravava a produção de uma sociedade harmoniosa e equilibrada, com ausência de conflitos e incompatibilidades sociais, compondo-se em um instrumento para a consolidação do projeto social do Estado ditatorial (ROMANELLI, 2005). Na escola, os Estudos Sociais se baseavam na pedagogia tradicional que não permitia a interação entre o professor e o aluno, não permitindo que o aluno procurasse uma maior compreensão e criticidade quanto aos conteúdos abordados, uma vez que ele era considerado um simples ouvinte. Essa pedagogia tradicional dominou o panorama nacional por muitos anos.

O movimento de reestruturação da Geografia ao fim da década de 1970 é visto como um marco primitivo no Brasil, das inovações nos processos metodológicos da Geografia escolar, que abrange “fundamentos epistemológicos, ideológicos e políticos da ciência geográfica” (CAVALCANTI, 1998) impactando em transformações nos moldes da educação nacional.

A partir do fim da década de 1980, o país passou por mais um momento de transformação, a saber: período de abertura democrática o que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, reestruturando a base legal de sustento do país, restituindo o Estado de Direito. Assim, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças, que derivou na aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), que mudou a organização do sistema escolar (BRZEZINSKI, 2014).

Com a concepção, aprovação e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a disciplina escolar Estudos Sociais foi efetivamente desmontada em duas disciplinas independentes, a Geografia e a História. Com isso, os PCN's tinham dentre outras finalidades, a padronização do ensino, tirando dos Estados e Municípios a função de elaborar os currículos,

devendo servir de parâmetro para se refletir as particularidades locais e regionais. Toda essa mudança gerou transformações no campo educacional e ocasionou um novo olhar para o componente de geografia.

2.1.1 A Geografia e as bases legais – PCN's, DCN's e BNCC

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – 1997) são diretrizes desenvolvidas para guiar os educadores através da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina, servindo de norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem ajustá-los às peculiaridades locais. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs – 2013) são normas obrigatórias para a Educação Básica que guiam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, em que são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação. Já a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018), é um documento de caráter normativo que determina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver no decorrer das etapas e modalidades da Educação Básica.

Na geografia, os PCNs abordam a necessidade de estudar o espaço geográfico como objeto principal de estudo desta disciplina, contudo, devendo considerar ainda as categorias de análise como a paisagem, o território e lugar, que deve ser ensinado no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, adicionando grau de complexidade com o tempo (PASSINI, 2011). Determina-se ainda que a paisagem local e o espaço vivido devem ser objeto de estudo no decorrer dos dois primeiros ciclos, entretanto a relação com o global deve estar presente no passar de todo o processo de aprendizagem dos educandos.

Os PCNs (BRASIL, 1997) ressaltam a importância de estudar definições como as de sociedade, cultura, trabalho e natureza, primeiramente como uma abordagem descritiva, mas nos terceiro e quarto ciclos este enfoque pode englobar o simbólico e as representações subjetivas. Os conteúdos selecionados precisam possibilitar a constituição da identidade com o lugar, e de maneira mais abrangente, com a nação brasileira e com o mundo, assim propõem Oliveira (2010).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNs), a Área das Ciências Humanas, composta pelos componentes Geografia e História, deve notar os conteúdos que permitam o “conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil” (BRASIL, 2013, p. 116). No que pese a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Geografia leva a ideia de que os educandos devem ser motivados

a desenvolver o raciocínio geográfico, ou seja, em seu desenvolvimento intelectual, o discente deve apoderar-se de conhecimentos de transformação de escala, implicações de distância, orientação e localização de objetos, compreensões hierárquicas, tendências a dispersão e a concentração, entre outros, que podem impactar no entendimento de outros componentes curriculares que precisam também destes conhecimentos precedentes, conforme argumentaram Guimarães (2018) e Severian (2018).

Quanto ao desenvolvimento do raciocínio geográfico pelos discentes, a BNCC (BRASIL, 2017) impõe alguns princípios básicos que precisam ser levados em conta como relação, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem de fenômenos e fatos ocorridos no planeta. Assim, a geografia beneficia o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças que existem entre os grupos sociais, motivando o raciocínio geográfico para resolver problemas que aparecem no cotidiano dos alunos.

O componente Geografia, na BNCC, foi desmembrado em cinco unidades temáticas: 1) o sujeito e o seu lugar no mundo; 2) conexões e escalas; 3) mundo do trabalho; 4) formas de representação e pensamento espacial e; 5) natureza, ambiente e qualidade de vida (BRASIL, 2017). Contudo, em todas as unidades existe uma ênfase para os aspectos pertinentes ao exercício da cidadania e para o emprego dos conhecimentos geográficos na resolução dos problemas do dia a dia (GUIMARÃES, 2018). Destacando-se que o educador de Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve observar o conteúdo ministrado na Educação Infantil, para assim, dar sequência de forma lógica ao que será ministrado nos anos futuros.

2.2 DESAFIOS E AÇÕES POSSÍVEIS DA DOCÊNCIA EM GEOGRAFIA

Segundo Lesann (2011), o ensino da Geografia deve proporcionar aos alunos, o desenvolvimento de habilidades distintas, obtenção de conceitos e principalmente, o entendimento dos contextos, assim como, oferecer-lhe saberes geográficos que o munirão de capacidades para a solução de problemas de ordem geográfica. Sabendo-se que a Geografia possui um significado social, para além do acadêmico, o desafio da Geografia na educação básica é a busca de um ensino significativo que permita aos discentes a compreensão da realidade e a dimensão social do seu pertencimento. Um ensino que foque na aprendizagem de definições e conteúdos geográficos que colabore para o desenvolvimento do raciocínio espacial para entender as questões relacionadas ao mundo da vida (ROSA, 2008).

Desta forma, o ensino da Geografia, no ensino fundamental, precisa permitir as condições imprescindíveis para que as crianças:

Produzam novos mapas mentais - modos de compreender, cientificamente, o mundo. A tarefa que hoje se coloca para a geografia é a de explicar o mundo: é revisitar o mundo desvelando efeitos de verdade, desnudando imagens e redescobrimo significados (PÉREZ, 2005, p.17).

Para Camacho (2011), a Geografia possibilita uma relação entre o homem e a terra, pensada e construída com definições que façam significado e que possam entender a complexidade do mundo. Ainda segundo Callai (2005) e Camacho (2015), deve-se aplicar a Geografia, o mesmo reconhecimento e importância que se é aplicado a área da Língua Portuguesa e Matemática no âmbito escolar e, principalmente, na formação dos/das Pedagogos/as, para que eles mesmos passem a reconhecer a área e, assim, formular suas aulas desenvolvendo o processo interdisciplinar. Tudo isso viria a somar a perspectiva anunciada por Pérez (2005), que afirma ter o ensino de Geografia no ensino fundamental a função essencial de “leitura de mundo”, ou seja, a geografia possibilita através de seus conteúdos que o aluno faça conexões estreitas com o ambiente em e ao seu redor.

A dificuldade encontrada em ministrar os conteúdos de geografia de maneira mais clara e interessante no ensino fundamental, sobretudo nas escolas públicas, tem sido conferida a alguns aspectos que é necessário o docente superar, entre eles a deficiência da formação ou desatualização dos mesmos e a falta de material didático que ofereça a contextualização, conforme argumentou Bonfim (2015). Contudo, apesar disso, é preciso re-ver, re-avaliar, re-significar as práticas dos docentes. É necessário aproximar cada vez mais a realidade do aluno ao que se é ministrado na escola. Neste panorama, Callai (2005) e Theves (2022) destacam a importância de se considerar a experiência dos alunos, indicando que é a partir da vivência real que se busca a expansão do espaço da criança com a aprendizagem da leitura destes espaços e, como recurso, desenvolve-se a capacidade de aprender a pensar o espaço, alcançando raciocínios geográficos, agrupando habilidades e compondo conceitos.

Para Valladares (2015) e Silva (2013), é preciso contextualizar este conhecimento, empregar os recursos atuais e demonstrar para as crianças que a informação nem sempre é seguida por uma formação apropriada. Pode-se utilizar as redes sociais, a internet, o livro didático, mapas, vídeo, música, entre tantas outras metodologias para ajudar na construção do conhecimento eficaz e crítico em Geografia.

Ainda acerca desse aspecto, Silva (2013) destaca a importância da maneira como é usado alguns recursos didáticos e que podem não alcançar o objetivo que o educador espera. Para que o recurso possa promover inovações no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, é necessário que o educador planeje, articule o conteúdo ministrado com a realidade vivenciada pelo estudante. Assim, é necessário contextualizar os significados e os conteúdos ensinados, pois se sabe que o conceito é importante, contudo, mais ainda, é aplicá-los ou traduzi-los no dia a dia.

Portanto, é a criatividade do docente, aliada às novas metodologias ou antigas (re)significadas que conseguem levar o educando à curiosidade e a motivação quanto ao conteúdo abordado. De tal modo, Bonfim (2015) destaca que se o docente souber explorar esses preciosos recursos dispostos, de forma correta, ele terá em mãos uma poderosa ferramenta e diversos instrumentos que permitem “ir a todos os lugares”. Assim, pode-se trabalhar a relação dos aspectos humanos, físicos, ambientais, sociais, econômicos, históricos e outros da Geografia, sem dissociar um conhecimento do outro.

Mediante tal debate, ressalta-se as diversas possibilidades e caminhos para os docentes de Geografia, de uma maneira que não se use, apenas, as abordagens tradicionais, pois se assim o fizer não será possível alcançar a Geografia contextualizada, reflexiva e crítica, capaz de fazer com que o discente reflita e aja sobre a sua realidade. E é sobre essa forma de geografia e todas as suas potencialidades reflexivas que nos debruçamos a debater os contextos em que ela foi aplicada e transformada, em termos didáticos e pedagógicos, durante o período de Pandemia de Covid-19, em especial no ano de 2020 em pleno funcionamento do ensino remoto no município de Olho D'Água - PB.

3 O ENSINO REMOTO DE GEOGRAFIA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA: VIVÊNCIAS DA PANDEMIA NAS ESCOLAS EMEIF ANTÔNIO FAUSTO DE ALMEIDA E EMEIF NECY MINERVINO DE CARVALHO

Este capítulo destina-se a debater as vivências de ensino aprendizagem do componente de geografia, durante o período de Pandemia de Covid-19. Para tanto o anúncio da abordagem metodológica se faz pertinente, evidenciar os modos pelo qual a pesquisa se desenvolveu, quais os seus procedimentos, coleta e instrumento de análise de dados. Assim o fazendo, entendemos estar não apenas argumentando para o leitor os caminhos escolhidos, mas também os

aproximando do nosso objetivo, qual seja: analisar como professoras dos anos finais do fundamental I atravessaram a pandemia e as mudanças em torno da prática de ensino remoto em suas aulas de geografia.

3.1 PENSANDO A METODOLOGIA: DOS PERCURSOS AOS RESULTADOS

Para compreendermos os desafios enfrentados pelos docentes do Ensino Fundamental I, frente ao ensino remoto de geografia em tempos de pandemia de Covid-19, esse Trabalho de Conclusão de Curso se dispôs a realizar um estudo de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2008), o estudo de campo procura coletar dados que possibilitem responder a problemas pertinentes a grupo, comunidades ou instituições, com o intuito de entender os diversos aspectos de uma realidade específica, mediante técnicas observacionais e com o uso de questionário para a coleta de dados. Este estudo de campo foi desenvolvido em duas escolas do município de Olho D'Água, no Estado da Paraíba, chamadas: Escola EMEIF Antônio Fausto de Almeida e Escola EMEIF Nely Minervino de Carvalho.

Acerca das escolas, chamamos a atenção: a Escola EMEIF Antônio Fausto de Almeida localiza-se no Conjunto Lucia Braga, e sua infraestrutura dispõe de alimentação escolar para os alunos, saneamento básico e acesso à Internet de banda larga. Este estabelecimento de ensino funciona apenas no turno da manhã, com 9 salas de aulas, laboratório de informática, cozinha, sala de secretaria, despensa, almoxarifado e pátio coberto. Suas turmas estão direcionadas a atender alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5ºano). No que pese a Escola EMEIF Nely Minervino de Carvalho, a mesma localiza-se no Sítio Triângulo e também dispõe das mesmas condições de infraestrutura da primeira escola aqui apresentada. Este estabelecimento tem por funcionamento o turno da manhã, com 6 salas de aulas, sala de diretoria, laboratório de informática, cozinha, despensa e pátio coberto. Suas turmas também estão direcionadas a atender alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5ºano).

Apresentadas, ainda que minimamente as escolas, deixamos saber que o estudo que se apresenta foi realizado a partir dos relatos de experiência de 4 educadores, que atuaram nessas unidades de ensino durante o período de aulas remotas no segundo semestre de 2020. Segundo Gil (2008), o relato de experiência apresenta o universo daquilo que foi vivenciado e, portanto, entendemos que possa ser uma contribuição relevante para os objetivos desse trabalho, uma vez que nos interessa saber dessas professoras de Geografia, como estes desenvolveram as suas práticas educativas durante o período pandêmico.

Para traçar os vieses desse universo das experiências e propor uma análise, anunciamos como procedimento metodológico, a pesquisa descritiva exploratória, que segundo Fachin (2003), permite ao observador, ao examinar os fenômenos, alcançar resultados que possibilitam a apreensão das experiências e a sua contribuição, no nosso caso em particular, do ensino de geografia. De acordo com Gil (2008), a natureza exploratória tem como finalidade primordial o aperfeiçoamento de ideias ou descobertas. Para além, empregou-se ainda a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Quanto a esta última, a pesquisa documental, se deu a partir de algumas leis, decretos e portarias estabelecidas no período da pandemia para o setor da educação. Ademais, entendemos que a proposta é de estabelecer com base no diálogo com as experiências vividas, o estudo bibliográfico e documental, uma análise qualitativa do objeto de estudo, ensino de geografia.

Importante dizer que o estudo bibliográfico e documental foi realizado no período que compreendeu os meses de julho e agosto de 2022. E que a coleta de informações por meio dos questionários, foi realizado no mês de setembro de 2022.

Acerca da população e amostra anunciada para esse trabalho, mais uma vez tomamos de empréstimos os argumentos apontados por Gil (2008), no qual explica que a população é o grupo de indivíduos que possuem ao menos uma característica em comum, que para nós seriam as unidades de ensino - Escola EMEIF Antônio Fausto de Almeida e Escola EMEIF Nely Minervino de Carvalho. Já a amostra, segundo apontam Lakatos e Marconi (2008), consistiria em uma fatia ou parcela escolhida da população, sendo um subconjunto dela. Logo, a amostra é formada por: 2 educadores da Escola EMEIF Antônio Fausto de Almeida e mais 2 da Escola EMEIF Nely Minervino de Carvalho.

Trata-se de uma amostragem intencional, que conforme Lakatos e Marconi (2008), é uma técnica em que prevê uma relação dialógica entre investigado e investigador. Sendo do investigador o poder de seleção de critérios e condução do processo a que se destina a pesquisa. Acerca dos critérios, temos: Lecionar aulas de Geografia no Ensino Fundamental I nas Escolas EMEIF Antônio Fausto de Almeida e EMEIF Nely Minervino de Carvalho; Ter trabalhado nas unidades de ensino durante o ano de 2020, em meio a utilização do ensino remoto; bem como, ter disponibilidade em participar da pesquisa.

Em que pese a coleta de dados, temos no questionário formulado no Google Forms, o espaço de apreensão das informações, sendo esse questionário objeto de roteirização de temas que julgamos importantes para o entendimento de como se deu o ensino de geografia por esse grupo de 4 docentes durante o período pandêmico. Tal roteiro, se apresenta como um instrumento facilitador da investigação e do processo de análise a posteriori.

Os temas escolhidos para composição do roteiro seguiram critérios, quais sejam: o interesse com a área de conhecimento, a geografia, as formas de ensino e as práticas instituídas. De agora em diante, buscaremos apresentar as análises estabelecidas, quanto as experiências apresentadas pela amostra dos docentes aqui empreendida.

3.2 Experiências docentes e o ensino de geografia em Olho D'Água-PB

Após a coleta de dados do questionário aplicado com as professoras, foi desenvolvida uma análise das respostas de cada docente, para entender melhor as experiências práticas em suas aulas, bem como os desafios nas unidades escolares durante o período de ensino remoto, resultado da pandemia da Covid-19. Para isso, faz-se o uso de ferramentas computacionais, para tabular os dados e discutí-los a seguir.

Em 2020, surgiu o primeiro Decreto Estadual sobre a pandemia, nº 40.122 de 13 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo estado, depois o Conselho Estadual de Educação – CEE/PB emitiu a Resolução Nº 140/2020, que orientou o regime especial de ensino e à reorganização das atividades curriculares e calendários escolares em caráter de excepcionalidade e temporalidade, além do Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 05/2020 de 28 de abril de 2020, que autorizou a reorganização do calendário escolar Nacional e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual.

Contudo, apesar de a maioria das escolas do Estado da Paraíba e de outros Estados do Brasil, já terem iniciado o ensino remoto ainda no primeiro semestre do ano de 2020, as escolas aqui utilizadas para constituição do objeto da pesquisa, Escola Municipal Antônio Fausto de Almeida e Escola Municipal Nely Minervino de Carvalho, só iniciaram suas atividades remotas no segundo semestre, assim como todo o município de Olho D'Água. Isso se deu pelo fato do gestor local ter antecipado as férias escolares, por tempo indeterminado a partir de 24 de março, como consta no Decreto Municipal Nº 06/2020 e só iniciado as aulas de forma remota a partir do dia 13 de julho de 2020, amparado pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 05/2020, já citado anteriormente e comprovado através do Ofício GAPRE Nº 0101/2020 de 06 de agosto de 2020.

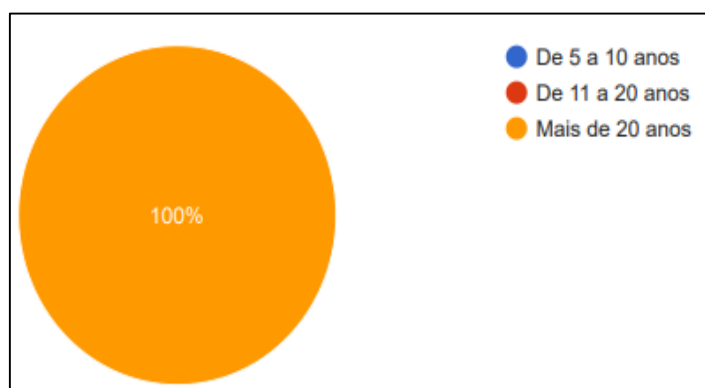
Tal necessidade de continuidade do elemento dos estudos remotos, se deu pela leitura do meio social, no qual ficou evidente a inoperância de um retorno ao presencial em meio, ainda, ao aumento dos casos. Portanto, na rede municipal de Olho D'água/PB, assim, a

educação foi mediada por meio das tecnologias - TIC's e/ou por meio da distribuição de materiais impressos, que seriam entregues aos alunos a fim de reduzir os riscos de contágio e de disseminação de COVID-19.

Importante ressaltar que em 2020 havia uma possibilidade não amadurecida do ensino híbrido e mal se falava em um retorno presencial. Contudo, estamos aqui objetivando mapear os desafios enfrentados por 4 docentes do Ensino Fundamental I, frente ao ensino remoto de geografia em tempos de pandemia de Covid-19, das Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Necy Minervino de Carvalho, em Olho D'Água, a partir da coleta de informações, via aplicação de questionário, o qual passamos a analisar a partir daqui.

No intuito de identificar o perfil destas professoras, o roteiro com os temas que seguiam os objetivos deste estudo, buscou saber, primeiramente, qual o tempo de atuação desses docentes no campo educacional, como é visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de serviços dos docentes de Geografia das Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Necy Minervino de Carvalho, de Olho D'água/PB, referente a 2020.



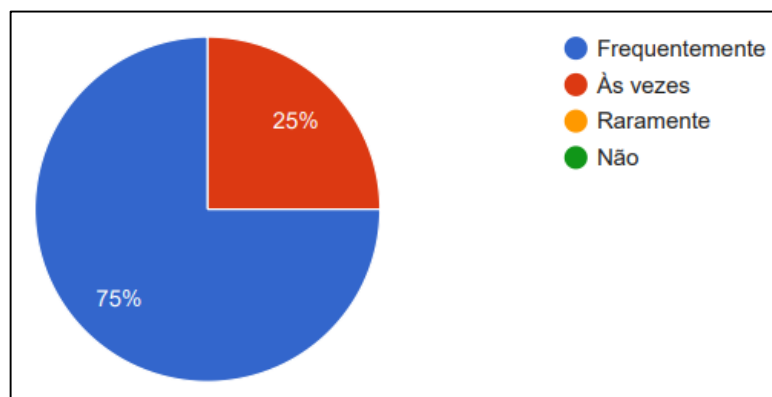
Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Analisando o gráfico acima, constata-se que os docentes possuem mais de 20 anos de serviço no setor educacional. Para além do que está exposto, identificamos que as ditas professoras teriam mais de 40 anos de idade, ou seja, compõem a geração X, dos nascidos entre 1965 e 1981. Com isso, um dado interessante de perceber em relação a essa geração, é que os costumes e as habilidades com a tecnologia não foram presentes e bem vivenciados em sua história inicial de vida, havendo muitas barreiras entre “online” e “offline”. Apesar de estarem, em parte, adaptados ao mundo 4.0, a geração X é menos dependente do *smartphone* e das tecnologias digitais em geral do que as gerações seguintes.

Apesar da leitura geracional anunciada acima, podemos e devemos levar em consideração que durante as aulas remotas, dos 4 docentes que responderam ao questionário,

75% fizeram uso das TIC's de forma frequente, em especial recursos tais como: computador/internet em suas atividades docentes em Geografia, ao passo que 25% fizeram o uso apenas, às vezes, destas ferramentas, como é visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Uso de computador/internet em atividades docentes de Geografia das Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Neco Minervino de Carvalho, de Olho D'água/PB, referente a 2020.



Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Pelo que é possível observar, a tecnologia cumpriu a função essencial no processo de ensino-aprendizado sobre as dimensões sociedade-natureza no ensino de Geografia, muito embora seja inegável debater o quanto desafiador foi a adaptação e uso das tecnologias e o processamento das aulas remotas. De Oliveira et al. (2021) destaca que o meio virtual a cada ano que passa, tem se tornado um grande aliado dos profissionais de ensino, não apenas pela possibilidade de aquisição de conteúdos para se desenvolver pesquisas de baixo custo, mas ainda pela oferta de ferramentas didático-pedagógicas de elevado desempenho e grande utilidade, para ajudar as professoras na sua valiosa missão de transmitir conhecimento e seguir o nível de eficiência e aproveitamento do seu trabalho em sala de aula.

Contudo, argumentamos hipoteticamente, que é frequente encontrar alguns educadores que ainda são resistentes ao uso de técnicas e recursos virtuais e informatizados para a elaboração e aplicação em suas aulas, em detrimento da predileção por metodologias de ensino mais tradicionais, com uso de quadro e giz/pinel. Porém, por conta das novas situações vividas no Brasil e no mundo, sendo necessário o isolamento social devido à pandemia da Covid-19, os educadores foram “obrigados” a buscar outras maneiras de enxergar e desempenhar seu trabalho para se adaptarem às novas exigências da educação, referente ao uso de novas tecnologias.

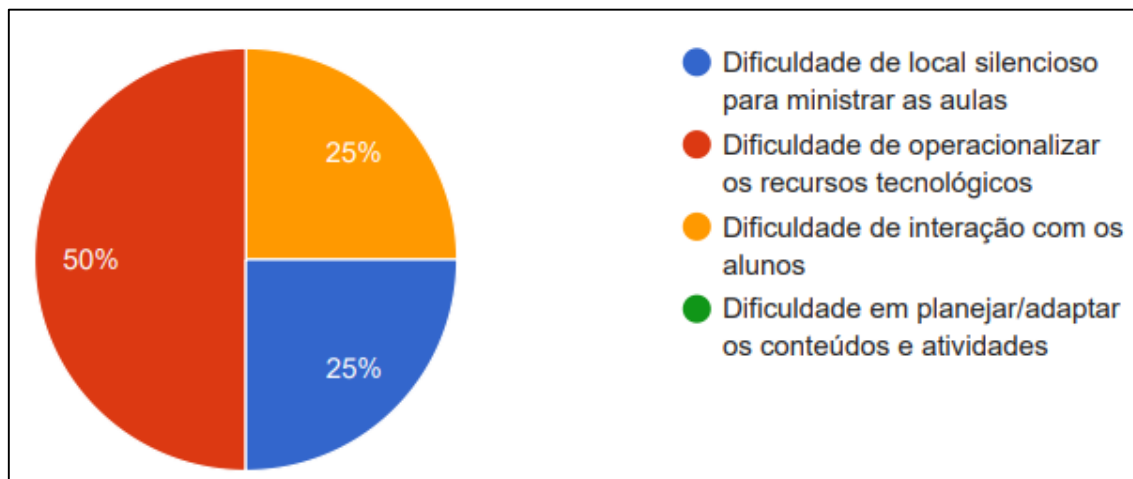
Não temos dúvidas de que o uso das TIC's em espaços de aula durante a pandemia, foram um instrumento valioso para a não paralização do processo de ensino aprendizagem. Tudo isso, na pretensão de independente do cenário de complicações e dúvidas, minimizar os prejuízos determinados pela crise de saúde pública geral, com reflexos ainda não mensurados totalmente no campo educacional e de perspectivas futuras nas vidas dos educandos.

Se de um lado observamos pontos positivos para as TIC's, de outro nos deparamos com a promoção das desigualdades, tendo em vista, o entendimento de que muitos dos alunos não possuíam condições de acesso e permanência à internet. Em vista dessa situação de precariedade foi que a utilização da metodologia de distribuição de material impressos se colocou como mais um caminho possível. A orientação da escola foi da indicação de quais textos deveriam ser lidos e quais as atividades do livro didático que deveriam ser respondidas via WhatsApp ou deixadas na escola para o educador proceder com a correção e avaliação.

No decorrer dos relatos de experiência, verificou-se que 100% dos educadores ouvidos aqui na pesquisa, apontaram as experiências com as aulas online de Geografia, como desafiadora. Isso se deu, provavelmente, porque as aulas remotas desenvolvidas no contexto do coronavírus, segundo o anúncio dos docentes, foram atividades de ensino intercedidas pela tecnologia, mas que continuaram com perspectivas de educação presencial, ou seja, a adaptação foi, pois, um processo que gerou desafios. Diante disto, argumentamos que, professoras e alunos precisaram aprender muita coisa juntos, alguns conseguiram mais cedo e outros encararam grandes dificuldades, que vão desde a falta de equipamentos e o seu manuseio, à ausência de estímulos.

O que nos pareceu foi que as professoras se viram em meio a uma prática que buscou entender como promover o conhecimento à distância e dar sequência aos assuntos previstos no currículo. As professoras relataram que foi desafiador porque tiveram grandes dificuldades, como o exposto no Gráfico 3, em que 50% dos educadores relataram ter dificuldades de operacionalizar os recursos tecnológicos, 25% relataram a dificuldade de interação com os alunos e 25% relataram a dificuldade de um local silencioso para ministrar as aulas.

Gráfico 3 – Grandes dificuldades dos docentes de Geografia em ministrar aulas online, nas Escolas Municipais, Antônio Fausto de Almeida e Nely Minervino de Carvalho, de Olho D’água/PB, referente a 2020.



Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

No que pese a ministração das aulas de Geografia frente o ensino remoto, durante o ano de 2020, nas duas escolas municipais aqui empregadas no estudo, incorporou duas dimensões desafiadoras: a discussão das transformações espaciais contemporâneas e, ao mesmo tempo, o ensino desses conteúdos mediados por tecnologias e novos processos de aprendizagem sobre o espaço geográfico. Nos relatos obtidos, as professoras mencionaram: falta de domínio das tecnologias, falta de um local apropriado para ministrar as aulas online e receio por parte de não corresponder às expectativas dos alunos. Os educadores ainda relataram que captar e prender a atenção dos alunos nunca foi uma ação simples, nem mesmo nas aulas presenciais, e no ambiente online, essa dificuldade foi muito maior.

A problemática da atenção em ambientes virtuais de aprendizagem, Lima et al. (2018); Carvalho Filho e Gengnagel (2020), dizem que para o educador é difícil manter a atenção dos alunos durante a aula remota e esse tem sido um dos principais desafios para muitos docentes. Ainda acerca dessa questão, Santos et al. (2021) diz que no ambiente familiar, as distrações podem existir o tempo inteiro, e nem todos os alunos, e até mesmo educadores, possuem um espaço tranquilo e silencioso para estudar/trabalhar, além da ansiedade provocada pelo fato de estar em casa o tempo todo. Segundo o mesmo autor, outro grande desafio no ensino remoto diz respeito a avaliação dos alunos, considerada uma fase essencial do processo de aprendizagem e que está para além da atribuição de uma nota, posto ser um movimento necessário para apreender se o estudante está ou não absorvendo os conceitos durante as aulas.

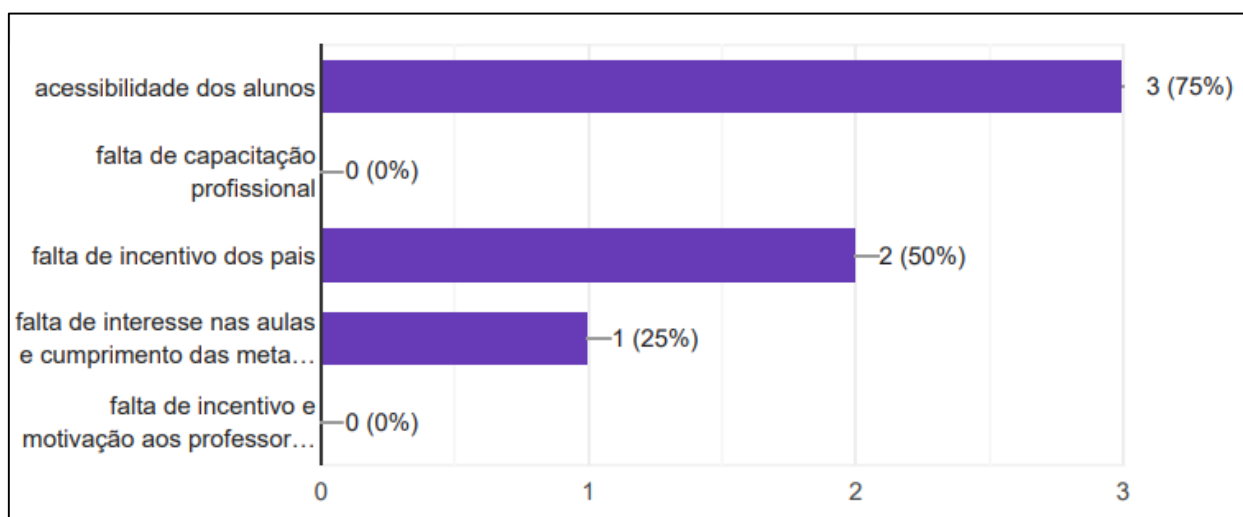
Sem sombra de dúvidas o entendimento da avaliação como ponto de apoio e reflexão do andamento dos processos de ensino aprendizagem são, pois, fundamentais, em especial, quando atentamos para o fato das distorções e desigualdades que a escolarização pode provocar.

Esta invisibilidade do contexto escolar também se relaciona à acusação de que a escola facilitaria o aprofundamento de desigualdades sociais como instrumento de poder e insistiria em uma suposta autonomia e neutralidade, o que a faz acreditar numa igualdade de oportunidades, ou criar um tratamento desigual. Não é que a escola negue as desigualdades existentes no seu cotidiano, mas percebemos o motivo desta acusação nas medidas tomadas a partir do parecer do CNE que permite o ensino remoto (FERREIRA e TONINI, 2020, p. 29).

De acordo com Ferreira e Tonini (2020), as mantenedoras de escolas públicas e privadas, na maioria, o seguiram sem considerar as desigualdades que poderiam fomentar. Com este deprecio pela heterogeneidade particular a cada escola, por ter que aprender os sistemas para ensino remoto, continuar planejando atividades, corrigindo-as e ainda ministrar em salas de aula virtuais no mesmo horário das aulas presenciais.

Acerca dos desafios vivenciados na prática docente remota, o relato de experiência nos indica o Gráfico 4, que segue.

Gráfico 4 - Desafios vivenciados na prática docente remota.



Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Diante do que está exposto acima, destacamos que 75% dos docentes afirmaram ser a acessibilidade às TIC's pelos alunos o principal desafio do ensino remoto, 50% suscita ser a falta de incentivo dos pais um fator desafiante e 25% relatam a falta de interesse dos discentes nas aulas e cumprimento das metas. Logo, não se pode desconsiderar o elevado percentual,

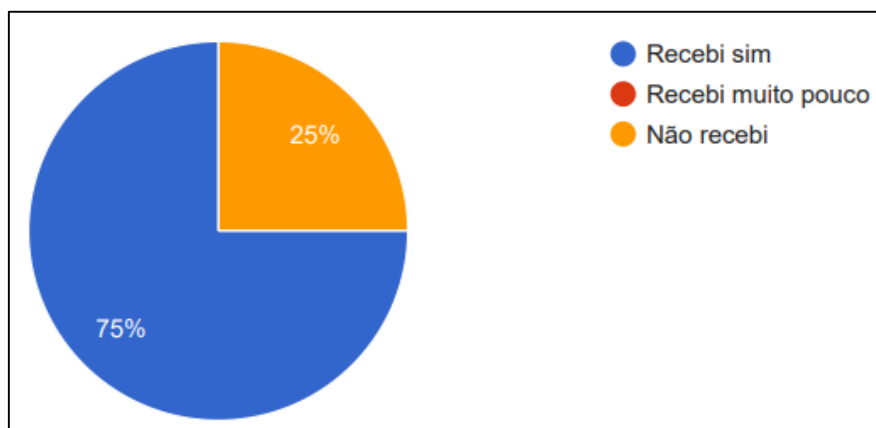
75%, apresentando que a maioria dos estudantes, sobretudo do ensino público, ainda tem muitas dificuldades no acesso às tecnologias mínimas essenciais para acompanhamento de aulas remotas, os usos de materiais da web de interfaces interativas virtuais necessárias ao ensino do espaço geográfico, objeto de investigação desse estudo.

Como já dito anteriormente, a desigualdade tecnológica foi e é um elemento real da educação. A sua não operacionalização durante a fase de ensino remoto, foi elemento de reflexão dos ambientes escolares em busca de estratégias de inclusão e acesso as aulas, conforme anunciado em outro momento desse texto, o recurso do envio de material didático impresso, se apresentou como possível solução para minimizar essa distância entre a educação que queremos e a educação que poderia ser efetivada.

Em relação a falta de suporte e incentivo dos pais, destaca-se a perspectiva de Alves (2020), que afirma que no decorrer do isolamento social, os familiares estão isolados dentro de casa, gerando por muitas vezes, estresse e até violência física e/ou psicológica. Para além, há um outro elemento, a saber: dificuldade dos pais e responsáveis terem uma didática para o ensino das atividades por ora encaminhadas pela escola.

Acerca do processo de formação continuada ou mesmo a oferta de espaços de aprendizagens para os docentes, o Gráfico 5, que segue, expressa que 75% dos educadores receberam algum tipo de suporte da Equipe Diretiva da sua unidade escolar para o desenvolvimento das aulas remotas, ao passo que 25% afirmaram não ter recebido suporte algum.

Gráfico 5 – Recebimento de suporte da Equipe Diretiva da unidade escolar para o desenvolvimento das aulas remotas em 2020.

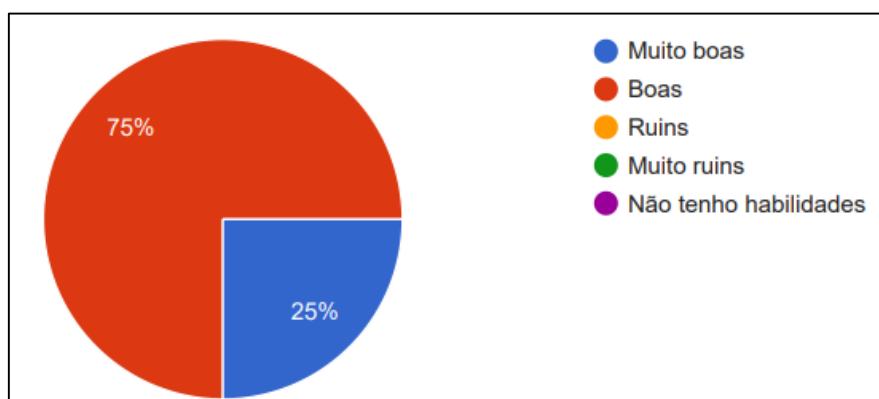


Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Mediante a leitura do gráfico, é possível perceber que o auxílio de uma formação continuada é algo importante e que a inexistência do apoio e espaços de construção dessa formação por parte das unidades de ensino, pode gerar reflexos nas relações de ensino aprendizagem em alas de aula, sejam elas, presenciais ou virtuais. Não nos resta dúvidas que o efeito pandêmico desafiou professoras de norte a sul do país, principalmente, aqueles que não dominavam e nem faziam uso das tecnologias: “a pandemia está aumentando a velocidade de uso de tecnologias, implicando em maior transformação digital, mesmo que por imposição e não por opção de mudança”. (SCHNEIDER, SCHNEIDER, in MACHADO, p. 52, 2020).

Ainda acerca das questões relacionadas a formação continuada e desempenho docente, segue o Gráfico 6, abaixo. Nele observamos a assertiva de 75% dos educadores afirmando que classificariam suas habilidades no uso de ferramentas digitais nas aulas de geografia como boas, e apenas 25% afirmando serem elas, as habilidades, muito boas.

Gráfico 6 – Classificação das habilidades das professoras no uso de ferramentas digitais nas aulas de Geografia.



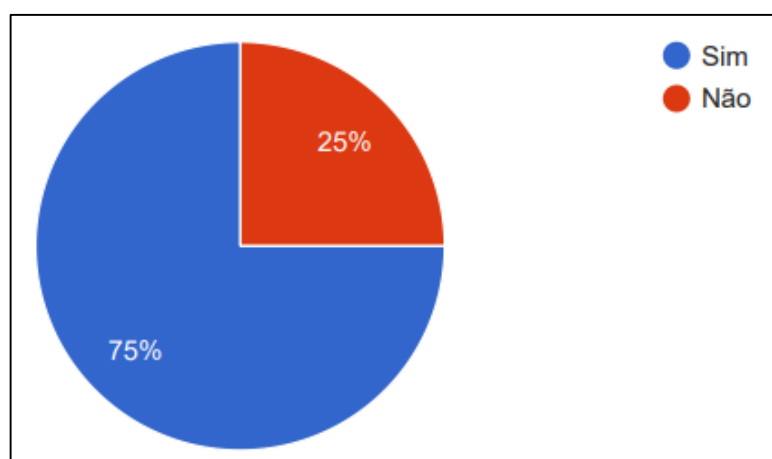
Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

É válido destacar que a necessidade de adaptação é um elemento de enfrentamento não por um, mas por todas as professoras. A “nova” metodologia de trabalho exigiu, mais do que nunca, uma profunda revisão na maneira de ensinar e de aprender, em virtude disso, o professor precisou se reinventar a cada dia, se capacitando para aprender com as novas tecnologias e garantir a aprendizagem do aluno e sua evolução.

A prática docente, em tempo de isolamento social, deve focar ainda mais a construção de vínculos do aluno com a instituição, uma vez que ele precisa se sentir parte e participe do processo de ensino e, nesse contexto, pode ter ainda mais oportunidades de interagir com os professores, tirar suas dúvidas e trocar experiências (MACHADO, 2020, p.125).

Assim, a prática do professor é baseada na relação interpessoal e em se tratando do ensino remoto, também pautada nas novas tecnologias, se o mesmo não houver conhecimento e suporte de como empregá-las, certamente haverá prejuízo ao processo ensino aprendizagem. Como se observa as TIC's foram e ainda são instrumentos didáticos poderosos se bem aplicados. Na sequência, tratamos do fato que para além do professor ser capaz de dominar as tecnologias, deve ele ter meios suficientes para o seu acesso. Diante desse fato, 75% dos educadores relataram ter adquirido ou trocado de aparelho celular, impressora, notebook ou computador por conta das aulas remotas, ao passo que apenas 25% relataram que não fizeram esta troca ou aquisição, visto no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Aquisição ou troca de aparelho celular, impressora, notebook ou computador por contas das aulas remotas.



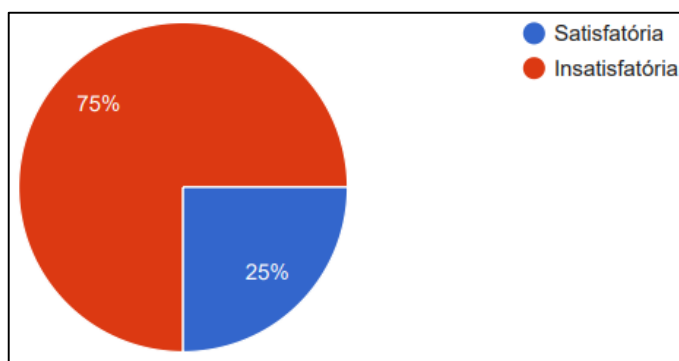
Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Ademais do que está posto no gráfico acima, suscitamos a crítica de que os meios de acesso às TIC's formam um conjunto expressivo da falta ou do pouco de investimento por parte do poder público na educação e na carreira docente. Segundo Guerra et al. (2021), a falta de equipamentos - computadores, smartphones e tablets -, foi uma das grandes dificuldades enfrentadas para assegurar atividades escolares remotas durante a pandemia, seja para o discente ou docente.

Em relação, mais particularmente às aulas de geografia, que se apresentam como objeto de investigação nesse estudo, temos a predominância, segundo as respostas atribuídas pelas professoras que responderam ao questionário, que a maior parte das aulas se deu por meio da distribuição de material impresso aos alunos, isso porque a maioria não possuía acesso à

internet. Quando questionados, as 4 professoras participantes da pesquisa, se essa foi uma estratégia positiva, chegamos a um percentual de 75%, avaliando como ação insatisfatória e 25% relatando ter sido satisfatória, como pode ser notado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Avaliação da metodologia em que os alunos atendidos nas aulas de Geografia por meio de material impresso.

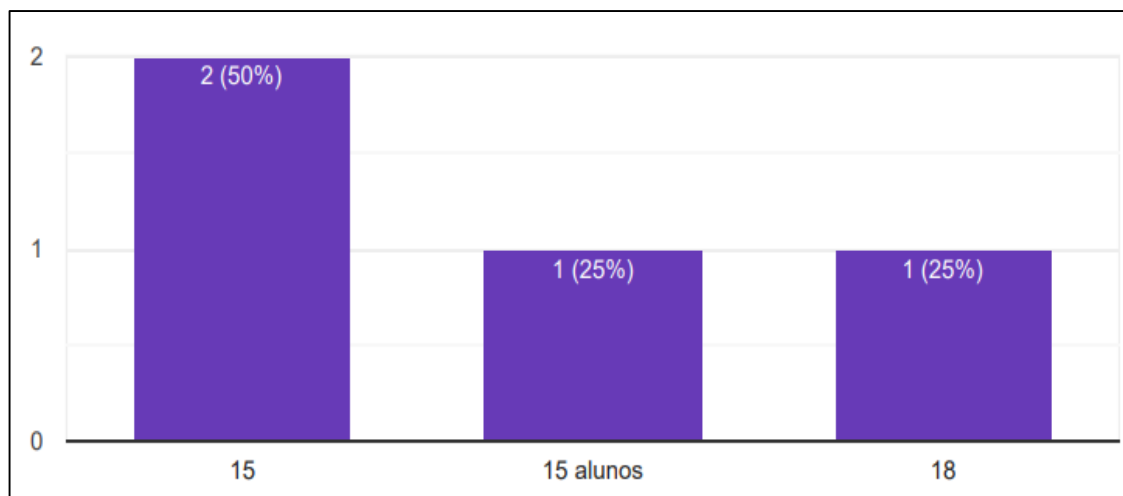


Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

A entrega de material impresso aos alunos, estava previsto no plano estratégico de educação do município de Olho d'Água. Conforme já dito aqui anteriormente, a produção de materiais impressos por parte das professoras e a distribuição pela gestão escolar, tinha o propósito de minimizar o processo de exclusão já em curso.

No que pese aos conhecimentos do componente da Geografia, deixamos saber que muito provavelmente, neste panorama pandêmico, o mesmo contribui para compreensão da realidade. A perspectiva anunciada pelos entrevistados foi de que a docência, em tempos de COVID-19, vai além da prática pedagógica remota, mas compreende pensar criticamente e desenvolver uma postura ativa diante das desigualdades sociais e as problemáticas tangíveis a saúde, economia, política, ao espaço territorial. Apesar dessa reflexão, ficou explícito de que o trabalho com materiais impressos foi ineficaz e freou de certo modo o potencial crítico do qual a disciplina de geografia suscita nos alunos, posto que de 15 a 18 alunos por turma, apenas 5 a 10 alunos retornavam as atividades impressas de Geografia, como é visto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Quantitativo de alunos por turma e retorno das atividades de geografia.

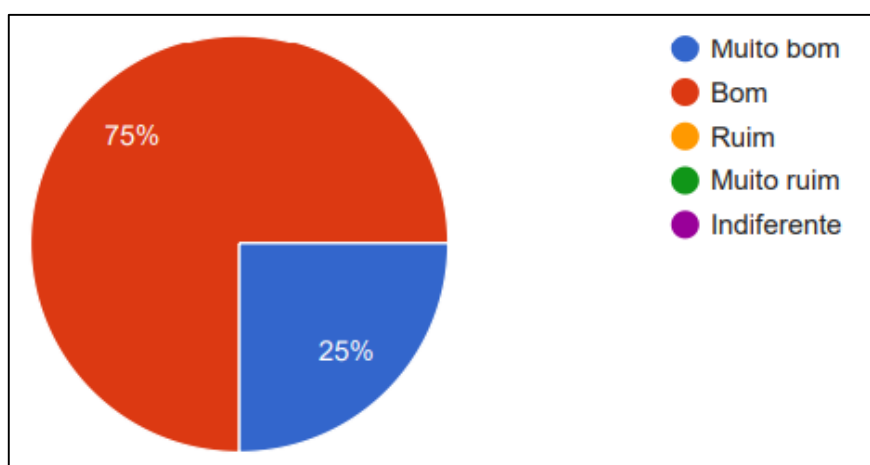


Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Ademais da questão do uso dos materiais impressos, se faz necessário ressaltar com base nas respostas obtidas no questionário, que 4 os educadores, apreenderam que a média de alunos por turma que assistia as aulas online eram de 6 a 10 alunos, ou seja, um alcance muito pequeno. As causas já foram por diversas vezes aqui tratadas, mas não custa mais uma vez reforçar, como nos apresenta Duarte et al. (2021), no Brasil, qualidade de conexão à internet e computadores ou laptops ainda não são realidade para todos, muitos alunos acompanhavam as aulas pelo celular.

O ensino remoto, foi, pois, uma necessidade imposta pelo caos na saúde pública mundial, mas não obstante, no Brasil, o uso desse formato de ensino escancarou ainda mais as dificuldades de uma parcela considerável da população, especialmente aqueles e aquelas advindos das classes de baixa renda, de acesso aos meios tecnológicos. No final 2019 segundo o IBGE, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso à internet o que corrobora com as desigualdades de acesso à internet no primeiro ano pandêmico. Diante desse dado, questionamos aos docentes empregados nessa pesquisa se os mesmos tiveram alguma dificuldade nesse sentido, ao que responderam: 75%, afirmaram que seu acesso à internet durante o ensino remoto era bom, ao passo que somente 25% relataram ser muito bom, como visto no Gráfico 10.

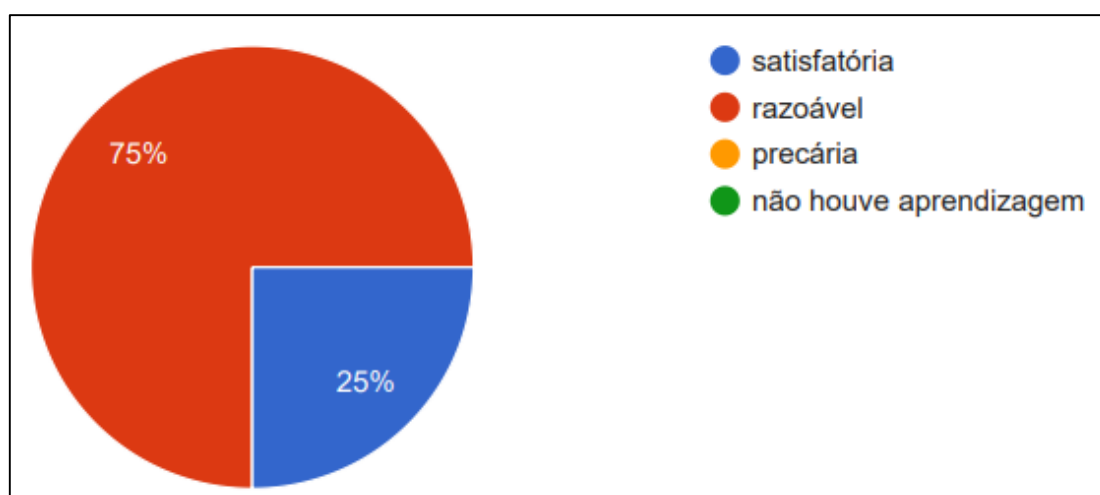
Gráfico 10 – Classificação do acesso à internet durante o ensino remoto por parte dos docentes.



Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Os problemas de acesso e conexão podem ser difíceis de serem resolvidos. Entretanto, a inserção destas nas escolas de ensino público é possível, desde que existam políticas capazes de assegurar de maneira eficiente a sua implantação e gerar transformações com vistas a promoção de igualdade sócio educacional no país. Nessa direção, destacamos o Gráfico 11 de avaliação de aprendizagens dos alunos durante o ensino remoto das aulas de geografia em Olho D'Água.

Gráfico 11 - Avaliação da aprendizagem dos alunos por meio das aulas remotas de Geografia.



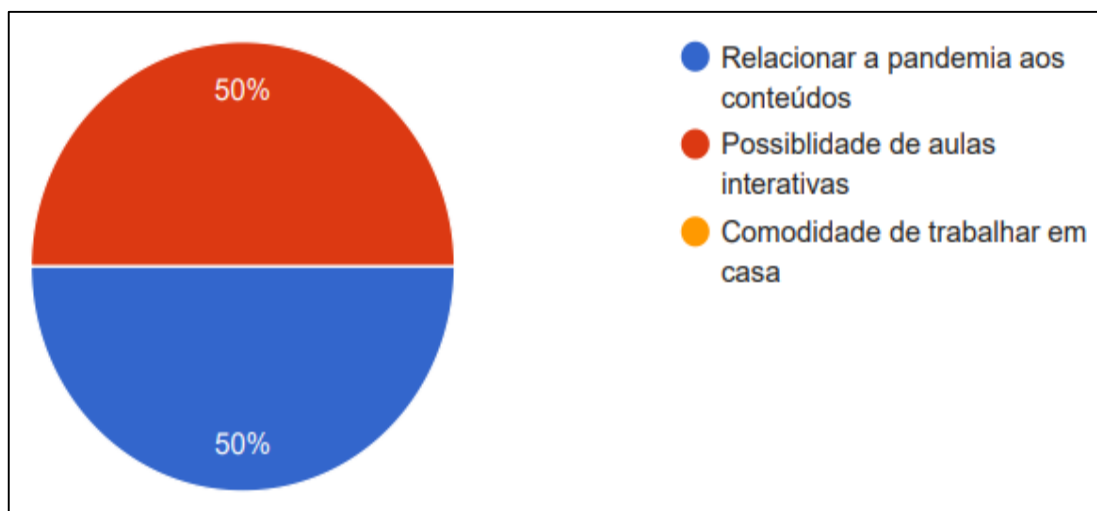
Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Mais uma vez, a amostragem, 4 professoras, em duas escolas municipais de Olho D'Água, nos indicam que, 75% dos educadores afirmaram que avaliaram a aprendizagem do aluno, por meio das aulas remotas de geografia como razoável e apenas 25% como insatisfatória. Muito provavelmente, essa percepção se dá mediante as várias nuances de realidades a que estão imersos os discentes, em virtude de condições de acesso e permanência às TIC's conforme vemos reiteradamente insistindo em nossa escrita. De Oliveira et al. (2021) destaca que além dessas dificuldades, deve-se atentar ainda que alunos e professoras também estão envolvidos nesse processo de pandemia, vivendo não somente o isolamento, mas a possibilidade de contágio, de perder algum familiar, alguém próximo e todos os processos emocionais que este momento engloba. Isso acaba comprometendo não somente o andamento das aulas, mas ainda a concentração, dedicação e cumprimento das atividades em geral, tanto de alunos quanto de professores.

Poderíamos entender ser o percentual de 75% pelos educadores como algo positivo frente o momento pandêmico. Contudo, entendemos que ser um sinal de alerta, pois o ensino de geografia na educação básica é um conhecimento essencial para a formação crítico cidadã do aluno. De acordo com Callai (2011), o conhecimento geográfico no contexto escolar, oferece ao aluno a possibilidade de arquitetar as bases de sua inserção no mundo em que vive e entende a dinâmica desse mesmo mundo, por meio da compreensão da sua espacialidade. Evidenciando o contexto da pandemia, é importante que haja, não apenas de maneira satisfatória, a aprendizagem efetiva da Geografia, pois seu ensino nos possibilita relacionar a dinâmica do vírus no espaço geográfico, e como esse processo tracejou e descortinou ainda mais as desigualdades sociais já existentes no mundo.

No que pese a prática docente e suas possíveis ações positivas, segue o Gráfico 12 abaixo.

Gráfico 12 - Pontos positivos da prática docente e do Ensino de Geografia diante a pandemia Covid-19.



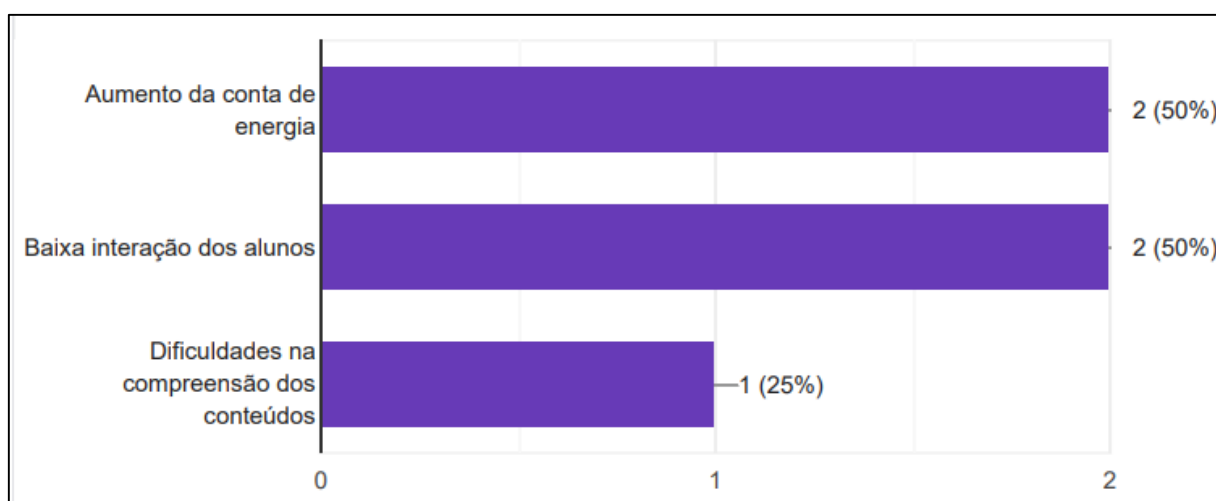
Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Do exposto, 50% dos educadores relataram que os pontos positivos da prática docente e do Ensino de Geografia diante a pandemia Covid-19 foi relacionar a pandemia aos conteúdos da geografia humana e 50% relataram a possibilidade de aulas interativas. Segundo Camacho (2011), a educação geográfica permite instrumentalizar o educando a leitura do espaço e de toda a dinâmica que o compreende. Assim, diante do cenário de pandemia vivido no ano de 2021, o conhecimento geográfico permitiu ou deveria ter permitido ao aluno, o entendimento da dinâmica de tudo o que estava incidindo no mundo, partindo do entendimento da realidade local até a global.

Por isso mesmo, a educação geográfica tem a função social de levar os alunos a refletir sobre como o espaço globalizado teve um papel fundamental para a expansão do vírus pelo mundo, bem como compreender como o conceito espacial se materializa no lugar de vivência, pois, de acordo com Cavalcanti (2014), a Geografia na escola tem o intuito de colaborar para que os alunos desenvolvam o modo de pensar espacialmente.

Na sequência, questionamos quais os pontos negativos diante do processo das aulas de geografia. O que chegamos a: 50% dos educadores relatando aumento da conta de energia, 50% afirmando a baixa interação dos alunos e por fim, 25% relatando dificuldades possível declínio na habilidade de compreensão dos conteúdos pelos alunos, visto no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Pontos negativos da prática docente e do Ensino de Geografia diante a pandemia Covid-19.

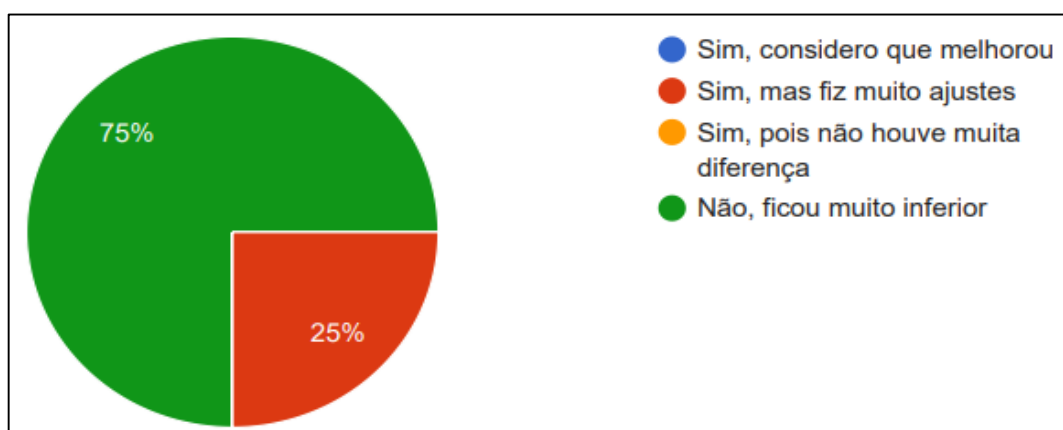


Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Não temos dúvidas de que as aulas remotas contribuíram para o aumento no consumo doméstico de energia elétrica. O trabalhado em *home office*, pesou no orçamento familiar não só dos docentes, mas também dos discentes, posto terem crianças e jovens estudando on-line. É inegável que o fator financeiro é um elemento de diálogo com a positividade ou negatividade do ensino remoto e que a distância entre as classes sociais e o seu poder de compra e acesso aos bens tecnológicos ditaram o (in)sucesso da aplicabilidade das aulas e interação professor aluno.

Por fim, chamamos a atenção para o fator: rendimento das aulas remotas em comparação às aulas presenciais, como é visto no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Consideração quanto ao formato das aulas remotas em comparação ao rendimento das aulas presenciais.



Fonte: Formulário Google Formules. Criação da autora (2022).

Como se observa do gráfico, 75% dos educadores afirmaram considerar que o ensino remoto ficou muito inferior ao ensino presencial e 25% afirmaram que consideraram que o rendimento do ensino remoto foi próximo ao presencial. Não sabemos se ao certo essa tentativa de comparação pode ou deveria ser feita, uma vez que se trata de duas realidades metodológicas quase que distintas. Contudo, achamos válido tal reflexão, muito por conta do que o ensino remoto pode ter deixado de prejuízo ou legado para o futuro da educação daqui em diante.

Desta forma, chegamos aqui afirmando que, com o retorno ao presencial, as escolas de modo geral, passam a enfrentar um novo desafio com o aluno “geração Covid-19”, decorrência da exclusão digital, muitas vezes da inoperância do ensino remoto e de preparo de enfrentamento da crise de saúde pública pelo ambiente escolar e sobretudo, o poder público do país. Os prejuízos em torno dos desafios do analfabetismo crescente e da formação de sujeitos críticos e reflexivos, certamente ainda estão por vir, de forma mais contundente e de modo a desenhar os contornos da história sócio educacional do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar os desafios enfrentados pelos docentes na disciplina de geografia no Ensino Fundamental I, frente ao ensino remoto nas escolas EMEIF Antônio Fausto de Almeida e EMEIF Nely Minervino de Carvalho no Município de Olho D'Água/PB, no primeiro ano da pandemia Covid-19. A ideia foi de realizar um estudo que pudesse construir um debate em torno das possíveis dificuldades dos docentes em ministrar aulas online de geografia; apresentar se receberam suporte da gestão municipal e equipe gestora escolar para o desenvolvimento dessas aulas; expor a classificação das habilidades quanto as ferramentas digitais; o retorno dos alunos com as atividades impressas; avaliação do acesso a internet e da aprendizagem; e analisar o rendimento das aulas remotas frente as aulas presenciais.

Os relatos de experiência aqui debatidos, trouxeram uma variedade de possibilidades de reflexões do ponto de vista dos limites metodológicos, principalmente, quando temos em mente que o propósito da educação, de construção crítica do cidadão e da continuidade do processo de ensino aprendizagem, se mantiveram assegurados muito provavelmente, mesmo em meio as mudanças decorrentes do distanciamento social provocada pelo caos na saúde pública nacional e internacional. Ainda em termos metodológicos, tudo ou quase tudo, teve que sofrer adaptação, sendo desafiador pensar estratégias de acompanhamento e avaliação das aprendizagens, planejamento de aulas direcionadas e atentas aos meios tecnológicos, revisão das práticas já instituídas pelo presencial, bem como estabelecer uma análise do conjunto das desigualdades social que afetaram e afetam o processo de escolarização, sendo a distribuição de material didático impresso uma das tentativas de minimização dos impactos gerados pela falta de democratização das TIC's de forma mais planeada.

A partir do desenvolvimento deste estudo, ficou evidente a força e importância dada a educação presencial e o quanto, é, pois, desafiador romper com os elementos já instituídos no campo educacional, principalmente quando se pensa no processo formativo do docente e suas práticas, no qual suscitamos a crítica de haver uma necessidade de aprofundamento e diálogo cada vez maior com as TIC's, dada a sua inserção e real relevância no mundo contemporâneo e cada vez mais conectados pelas fronteiras virtuais. Ademais dessa questão dos usos e de uma formação do professor atenta às tecnologias no universos educacionais, também foi possível apreender que o rendimento dos alunos com a educação remota, para os 4 docentes aqui participantes da pesquisa, se mostrou abaixo do rendimento alcançado pelo formato de ensino

presencial, isso pode se justificar pelo fato de ter havido uma mudança abrupta e sem tempo hábil de planejamento para o ensino remoto, ao passo que o que conseguimos foi uma manobra de adaptação das aulas, sem muitas vezes se ter nem estrutura para isso.

Em termos numéricos, os resultados alcançados nesse trabalho apontam para o fato de os docentes estarem em um momento de estabilidade da carreira, sendo uma média de 20 anos de exercício no magistério, que para os 4 houve reais dificuldade de instrumentalização de suas práticas em diálogo com as tecnologias da informação e que isso, mediante as suas leituras do momento atual, comprometeram o desempenho inerentes aos processos de ensino aprendizagens. Embora esse seja um elemento palpável, 75% deles fizeram uso frequente de computador e internet nas atividades docentes de geografia, bem como receberam suporte da equipe diretiva, para operacionalizar estes recursos.

Para nós ficou evidente que o professor tem importante papel na vida dos alunos, com grande responsabilidade no processo de ensino e aprendizagem, que nesse período pandêmico teve que adaptar conteúdos e variações de tempo nas videoaulas, bem como avaliação dos pontos fortes e fracos em relação às abordagens dos trabalhados em sala de aula. Contudo, de outro lado, também suscitamos a real importância da instituição familiar no processo educacional, o apoio e incentivo dos pais se fizeram preponderantes durante as aulas remotas, ainda que seja válido destacar que uma ou a grande dificuldade desses pais e responsáveis, foi o desafiador uso de uma didática, que pudesse colaborar dialogicamente com o ensino e as atividades anunciadas pela escola na perspectiva do ensino remoto.

Por fim, notou-se que as transformações educacionais conectadas aos recursos tecnológicos proporcionaram a geração de um possível “novo profissional” e ser humano frente aos questionamentos geográficos. Sem sombra de dúvidas, o ensino/aprendizagem tem exigido cada vez mais adaptações por parte de todos os envolvidos com a escolarização e que certamente, é, impossível um retorno tal qual o era aos modelos de ensino aprendizagens pré-pandêmicos, isso porque acreditamos que o ensino remoto tanto deixou sequelas sentidas positivamente, quanto negativamente e que estas sequelas, devem de agora em diante, serem expostas a um debate científico e comprometido com o futuro da educação.

Assim, este estudo demonstrou a necessidade de discutir não apenas os desafios do professor nas aulas remotas de geografia, mas a importância da formação continuada de professores; o papel da escola; a tentativa de apreensão dos efeitos das aulas remotas sobre os alunos; suas consequências no processo de ensino aprendizagem e as desigualdades sociais tangíveis as realidades do ensino remoto. Os desafios vivenciados durante a incorporação do Ensino Remoto poderão ser sentidos nos próximos anos, provavelmente, devido à alta taxa de

evasão, do analfabetismo crescente e do baixo desempenho das aprendizagens adquiridas. Portanto, concluímos almejando que este estudo possa contribuir, ainda que de forma recortada e particular, a partir das vivências de 4 professoras no município de Olho D'Água/PB, para uma leitura analítica da educação no momento da pandemia de Covid-19, no âmbito local, mas em constante diálogo com as realidades educacionais existentes no nível, Brasil.

5 REFERÊNCIAS

BONFIM, M. V. P. **A Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: Entre a realidade e as possibilidades. TESE. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2015.

BRZEZINSKI, I (Org.). **LDB/1996 Contemporânea**: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL, Indicação s/nº/62, s.d., do C.E.P.M. **Amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias**. In: Documenta nº. 8, out. 1962.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Versão Final. Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CAMACHO, R. S. O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: um caminho para compreender a realidade em que se vive. **Revista Ensino Geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 3-35, jul./dez. 2011.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escolar e construção de conhecimentos**. Campinas (São Paulo): Papirus, 1998.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GHIRALDELLI-JÚNIOR, P. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Re-vista**, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 2018.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e521974299, 24 maio 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LESANN, J. **Geografia no Ensino Fundamental I**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço: 2011

MACHADO, D. P. **Educação em tempo de COVID-19 [livro eletrônico]: reflexões e narrativas de pais e professores** / Dinamarca Pereira Machado. 1. ed. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2020. 207 p.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 13 maio 2020.

NEVES, C. das; CASTELLO, L. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Esquematizada. 2. ed. Editora Ferreira, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Para onde vai o ensino de geografia? (Org.) 9 ed. São Paulo: Contexto: 2010.

PASSINI, E. Y. **Práticas de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2011.

PEDROSO, T. **A Geografia no curso secundário**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n. 194, 1966.

PÉREZ, C. L. **Leituras cotidianas e espaços praticados**: imagens do conhecimento do mundo, uma reflexão teórico-metodológica sobre a função alfabetizadora da geografia nos anos iniciais da educação fundamental. Anais 28ª Reunião ANPED. Caxambu, MG: outubro/2005.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSA, O. **Geografia e Pedagogia**: o professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Catalão (GO). TESE. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

SANTANA, S. R. de et al. Os desafios dos serviços psicológicos mediados pelas TIC no contexto da Pandemia do Coronavírus 2019-2020. **Revista de Biblioteconomia e ciência da informação**, v. 6, n. 1, p. 59-71, jan./abr., 2020.

SAVIANI, D. **A nova lei da Educação. LDB**: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. Campinas: Autores Associados; 1999. (coleção educação contemporânea).

SEVERIAN, A. P. G. **A formação inicial dos professores e como esses compreendem os conceitos geográficos**: contribuições para o ensino de Geografia nos Anos Iniciais. TESE. Programa de Pós-Graduação em Educação – USP, 2018.

SILVA, D. **Práticas Pedagógicas em Geografia**. Erechim. RS: Edelbra: 2013.

SILVA, M. V. (Org.); MARQUES, M. R. A. (Org.). **LDB – Balanços e Perspectivas para a Educação Brasileira**. Campinas: Alínea, 2012.

SOARES JUNIOR, F. C.; A produção histórica do ensino da geografia no Brasil. In: II Congresso Brasileiro de História da educação, 2002, Natal/Rn. Natal/Rn: EDUFRN, 2002.

TANEDA M. Características clínicas e radiológicas, evolução clínica e epidemiologia da infecção por SARS-CoV-2. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 4, p.20107-20116, abr. 2020.

THEVES, D. W.; LIMA, J. F. L. de. **A docência com as crianças e os percursos de formação:** reflexões sobre o ensino de Geografia e História nos Anos Iniciais. Jorge, Welington Junior (Org.). Perspectivas da educação brasileira no século XXI: vol. 2. Maringá: Uniedusul, 2022. P. 78-90, 2022.

VALLADARES, M. T. R. Geofilosofando com crianças, como criança... **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 5, n. 9, p. 103-121, jan./jun., 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Coronavirus Disease (COVID-2019) situation reports**. [Internet], jan. 2022.

Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019/situation-reports>>.

Acesso em: 02 de setembro de 2022.

ANEXO A - CALENDÁRIO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA – PB PARA 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE
OLHO D'ÁGUA - PB
Pé, Trabalho e Missão

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA - PB

CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 ENSINO FUNDAMENTAL



Janeiro

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30	31

Fevereiro

D	S	T	Q	S	S
2 Dias Letivos					1
2	3	4	5	6	7
9	10	11	12	13	14
16	17	18	19	20	21
23	24	25	26	27	28

Março

D	S	T	Q	S	S
1	2	3	4	5	6
8	9	10	11	12	13
15	16	17	18	19	20
22	23	24	25	26	27
29	30	31	12 dias letivos.		

Férias e Matrículas	Encontro Pedagógico	Cons. de Classe
Início do Bimestre	Aula em contrturno	Res. Final
Término do bimestre	Acolhida	
Dia Letivo	Avaliação Final	OBS: A carga horária no contrturno equivalem a 4 horas ao dia.
Sabado/Dom.	Aulas suspensas	
Férias antecipadas	Fech. de diários	As aulas do contrturno deverão ser regitrd de acodo com a tabela em anexo.
Sábado Letivo	Reunião de pais	
Resultado/Fech. Ano Letivo	Revisão av. finais	

Abril

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30	

Maio

D	S	T	Q	S	S
					1
3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29
31	21 Dias- aulas susp.				

Junho

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30	

Julho

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30	31

Agosto

D	S	T	Q	S	S
					1
2	3	4	5	6	7
9	10	11	12	13	14
16	17	18	19	20	21
23	24	25	26	27	28
30	31	26 dias letivos			

Setembro

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30	

Outubro

D	S	T	Q	S	S
26 Dias Letivos					1
4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30

Novembro

D	S	T	Q	S	S
1	2	3	4	5	6
8	9	10	11	12	13
15	16	17	18	19	20
22	23	24	25	26	27
29	30	24 Dias Letivos			

Dezembro

D	S	T	Q	S	S
			1	2	3
6	7	8	9	10	11
13	14	15	16	17	18
20	21	22	23	24	25
27	28	29	30	31	25 DL

Janeiro/2021

D	S	T	Q	S	S
					1
3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29
31	12 dias letivos				

1

JAN - Ano Novo

12

ABR - Páscoa

11

JUN - Corpus Christi

12

OUT - N.Srª Aparecida

2

NOV - Finados

25

DEZ - Natal

24/25

FEV - Carnaval

21

ABR - Tiradentes

24

JUN - FM São João Batista

15

OUT - Dia do Professor

15

NOV - Proc. Reub

31

DEZ - Reveillon

10

ABR - Paião

1

MAI - Dia do Trabalho

7

SET - Independência

22

OUT - Dia do Servidor Público

13

DEZ - FM Santa Luzia

ANEXO B - DECRETO Nº 06/2020

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 06/2020

Olho D'Água-PB – 24 de março de 2020

**DECRETAÇÃO DA COLOCAÇÃO
EM REGIME DE FÉRIAS ANTECIPADAS
DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE
SERVIÇO LOTADAS EM UNIDADES DE
ENSINO E REGIME DE
FUNCIONAMENTO INTERNO DAS
REPARTIÇÕES MUNICIPAIS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto Estadual nº 38.195 de 02 de abril de 2018.

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Decreto do Estado da Paraíba nº 40.122 de 13 de março de 2020;

CONSIDERANDO também o teor da Nota Técnica Conjunta nº 002/2020 da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, da Secretaria Municipal de Saúde João

Pessoa, do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba e do Ministério Público do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um plano de resposta efetivo para esta condição de saúde de ampla repercussão populacional, no âmbito do Brasil e do Estado da Paraíba e do município de Olho D'Água;

CONSIDERANDO que há centros epidêmicos cuja população pode ter adentrado no município de Olho D'Água sem maiores fiscalizações;

CONSIDERANDO por fim o teor do Decreto Municipal nº 04/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Regime de férias antecipadas para todos os professores da rede municipal de ensino, bem como todos auxiliares de serviços lotados nas escolas municipais, a partir da presente data até a data em que aulas sejam reiniciadas.

Art. 2º - Todas as repartições da prefeitura terão funcionamento interno enquanto perdurar a Situação de Emergência, em razão da epidemia por Coronavírus (Covid-19) no Brasil. com potenciais repercussões para o município, exceto as unidades de saúde (UBSs e Centro de Saúde).

Publique-se e cumpra-se.



GENOILTON JOÃO DE CARVALHO ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO C - OFÍCIO GAPRE Nº 0101 /2020**OFÍCIO GAPRE Nº 0101 /2020****Em 06 de agosto de 2020****Ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça
Drº Leonardo Clementino Pinto****Assunto: Resposta ao OFÍCIO 785/2020/GAB2, Procedimento Nº035.2020.000962****Excelentíssimo Senhor Promotor,**

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente expediente para esclarecer sobre informações sobre a realização de atividades não presenciais dos alunos matriculados em minha rede municipal de ensino, nos termos do Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação, iniciaram-se desde o dia 13 de julho de forma online e com atividades impressas;

1. Sobre a realização da busca ativa daqueles estudantes que não acessaram ou, mesmo com acesso, não executaram as atividades remotas propostas, a Secretaria de Educação está fazendo um levantamento em todas as escolas e detectou até o momento um total de 110 alunos de 945 matriculados. As medidas que serão tomadas pelas escolas para o enfrentamento da questão estão sendo organizadas para uma busca ativa, através de conscientização dos pais ou responsáveis;

2. Não existe escolas particulares credenciadas em nosso sistema municipal de ensino,

3. Não houve migração de alunos das escolas particulares para o ensino público municipal, entretanto as matrículas continuam e permanecem abertas durante todo o ano letivo. Há canais remotos acessíveis e a disposição dos pais e responsáveis como Facebook, Instagram e site oficial da Prefeitura;

4. Sobre o início do planejamento para retorno das aulas presenciais, comunico que ainda não há nada definido. Estamos diariamente acompanhado as decisões dos Órgãos Educacionais e de Saúde para tomada de decisão;

5. Informações sobre início de elaboração de protocolo, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; da formação de coordenação integrada e intersetorial; elaboração de planos de contingência por unidade escolar vinculada à rede pública envolvendo as áreas de saúde e de assistência social; informações em torno do planejamento, para reposição da carga horária presencial; de questões como organização da alimentação escolar, reordenamento da logística do transporte escolar e de como serão atendidos docentes e discentes que integram o grupo de risco; informações em torno de investimento em formação dos professores e a respeito de levantamentos em torno da realidade estrutural das unidades escolares, serão encaminhadas posteriormente após reuniões e análises junto aos Conselhos Municipais e órgãos competentes;

6. Informo que em torno do planejamento voltado à garantia aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e aos com altas habilidades, à frequência às turmas regulares e ao atendimento especializado (AEE) com plena acessibilidade, contamos com o apoio dos profissionais do NASF, com professores auxiliares e em casos mais graves, encaminhamos para localizado no município vizinho de Piancó;

7. Não oferecemos neste ano letivo Educação de Jovens e Adultos, e não temos alunos Indígenas ou Quilombolas;

8. A educação do campo é a educação formal oferecida à população rural da mesma forma que é ofertada a população urbana, por isso, o calendário letivo escolar 2020 será reorganizado de forma única;

9. Segue anexo as normas que tratam das atividades pedagógicas não presenciais elaboradas pelo Município.

Atenciosamente,



Genoilton João de Carvalho Almeida
Prefeito Constitucional